



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº , de 2024
(Do Sr. DR. ZACHARIAS CALIL)

Estabelece causas de aumento de pena para o crime de assédio sexual, quando praticado por ocupantes de cargos públicos de alto escalão ou em contextos de subordinação direta.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, estabelecendo causas de aumento de pena para o crime de assédio sexual, quando praticado por ocupantes de cargos públicos de alto escalão ou em contextos de subordinação direta.

Art. 2º O art. 216-A do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, passa a vigorar acrescido dos seguintes parágrafos:

“Art. 216-A.

.....

§ 3º A pena será de detenção, de três a seis anos, se o crime for praticado:

I - por ocupante de cargo público de alto escalão;

II - em contexto de subordinação direta da vítima;

III - com o agente se prevalecendo de sua condição de superior hierárquico ou autoridade para intimidar ou coagir a vítima de forma mais gravosa.

§ 4º Para os fins do §3º, consideram-se autoridades de alto escalão:

I – Presidente da República, Vice-Presidente, Ministros de Estado, Governadores e Prefeitos;

II – Senadores, deputados federais, estaduais, distritais e vereadores;

III – Ministros de tribunais superiores, membros do Ministério Público da União e dos Estados, juízes federais, estaduais, do trabalho e militares;

Apresentação: 10/10/2024 13:25:03.673 - MESA

PL n.3895/2024



IV – outras autoridades que detenham cargos de livre nomeação ou posições de direção e chefia em qualquer dos Poderes Executivo, Legislativo ou Judiciário, tanto no âmbito federal, estadual ou municipal.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O presente Projeto de Lei tem por objetivo aumentar as penas para crimes de assédio sexual cometidos por ocupantes de cargos de alto escalão nos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. A medida busca fornecer uma resposta mais severa à gravidade das condutas praticadas por essas autoridades, as quais, muitas vezes, utilizam sua posição de poder e influência para coagir ou abusar de suas vítimas, especialmente em contextos de hierarquia e subordinação.

A proposta decorre da constatação de que, devido à natureza de seus cargos, essas autoridades possuem maior capacidade de manipulação e controle sobre suas vítimas, criando um ambiente de impunidade e dificultando a denúncia. Esse tipo de conduta mina a confiança da sociedade nas instituições públicas e fere os princípios fundamentais de moralidade e probidade, previstos na Constituição Federal. É imperativo que as autoridades que detêm o mais alto nível de poder público sejam as primeiras a dar exemplo de comportamento ético e legal.

O projeto alinha-se ao princípio da igualdade perante a lei, previsto no art. 5º da Constituição Federal, ao garantir que as penas aplicadas sejam proporcionais à posição de poder e responsabilidade detidas pelos autores desses crimes. A severidade das sanções busca corrigir o desequilíbrio de poder e garantir que ocupantes de cargos de alto escalão não utilizem suas posições para se esquivar da responsabilidade penal.

É importante destacar que o projeto de lei respeita integralmente as garantias constitucionais do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa, assegurando que as autoridades denunciadas tenham seus direitos processuais preservados. O agravamento das penas será



aplicado nos limites da legalidade, garantindo que essas figuras públicas respondam de maneira proporcional às suas responsabilidades.

No que diz respeito aos ocupantes de cargos no Legislativo, a proposta respeita a imunidade parlamentar, prevista no art. 53 da Constituição Federal, garantindo que o agravamento das penas não interfira nas prerrogativas constitucionais dos parlamentares. Do mesmo modo, em relação aos membros do Judiciário e do Ministério Público, o projeto preserva as disposições das respectivas Leis Orgânicas, respeitando os trâmites internos de responsabilização administrativa, sem interferir no que tange à responsabilidade penal.

Adicionalmente, o projeto complementa e reforça as disposições da Lei nº 14.540, de 2023, que institui o Programa de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Sexual no serviço público, ao introduzir agravantes específicos para autoridades de alto escalão, proporcionando uma maior responsabilização e reforçando a integridade das instituições públicas.

Portanto, este Projeto de Lei busca garantir que ocupantes de cargos de destaque no setor público sejam exemplarmente responsabilizados por suas ações, promovendo a integridade e a moralidade nas instituições públicas, e assegurando que o ambiente de trabalho seja seguro e respeitoso, livre de abusos de poder.

Diante da relevância e urgência do tema, solicito o apoio dos nobres parlamentares para a aprovação desta importante medida, que visa fortalecer a justiça, proteger as vítimas e garantir a confiança nas instituições públicas.

Sala das Sessões, em 10 de outubro de 2024.

Deputado Dr. ZACHARIAS CALIL
UNIÃO-GO

